

ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E IMPORTÂNCIA DO PODER LEGISLATIVO



ESCOLA DO
LEGISLATIVO
ESTADO DE GOIÁS

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
18ª Legislatura – Biênio 2017/2018

Mesa Diretora

Presidente
Deputado José Vitti

1º Vice-Presidente
Deputado Manoel de Oliveira

2º Vice-Presidente
Deputado Henrique Arantes

1º Secretário
Deputado Júlio da Retífica

2º Secretário
Deputado Bruno Peixoto

3º Secretário
Deputado Lincoln Tejota

4º Secretário
Deputado Humberto Aidar

Realização

Professor Maurício Barbosa Paranaguá - pesquisador legislativo,
chefe da Seção de Educação para Cidadania da Escola do
Legislativo, bacharel em História e especialista em Gestão Pública

Produção

Seção de Publicidade, Imagem e Identidade Corporativa
Debora Taiane (ilustrações)
Níame Loiola (capa, diagramação e projeto gráfico)

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
18ª Legislatura – Biênio 2017/2018

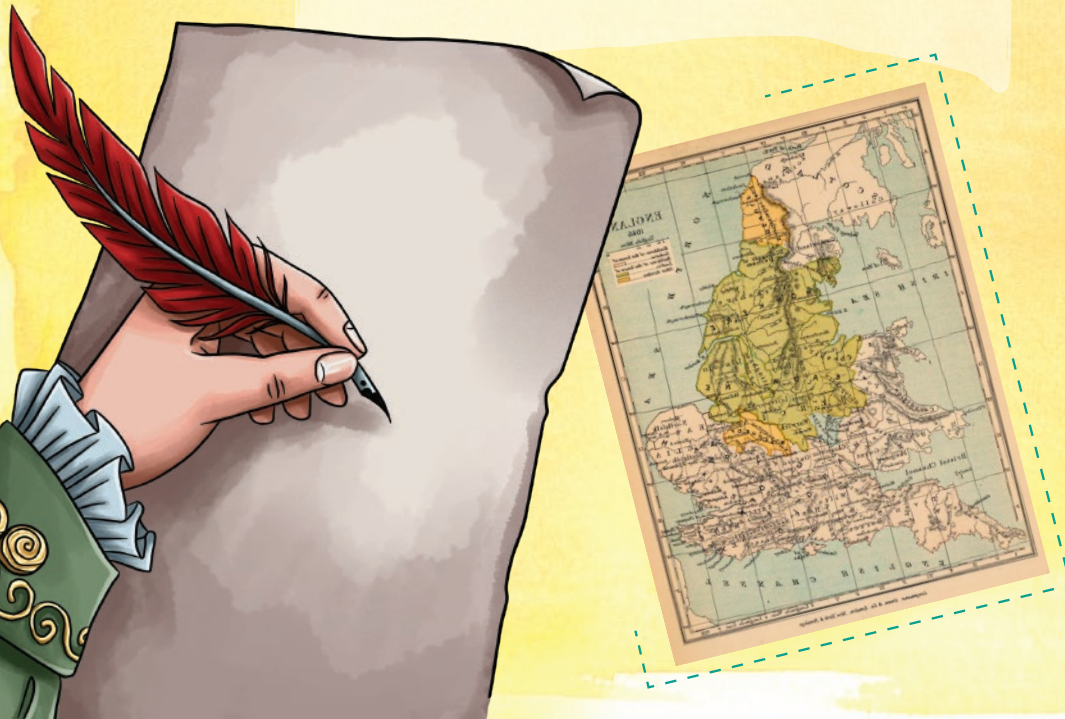
Álvaro Guimarães
Bruno Peixoto
Carlos Antonio
Charles Bento
Cláudio Meirelles
Daniel Messac
Del. Adriana Accorsi
Diego Sorgatto
Dr. Antonio
Eliane Pinheiro
Francisco Jr.
Francisco Oliveira
Gustavo Sebba
Helio de Sousa
Henrique Arantes
Humberto Aidar
Isaura Lemos
Iso Moreira
Júlio da Retífica
Jean Carlo
Jeferson Rodrigues
José Nelto
José Vitti
Karlos Cabral
Lêda Borges
Lívio Luciano
Lincoln Tejota
Lissauer Vieira
Lucas Calil
Luis Cesar Bueno
Major Araújo
Manoel de Oliveira
Marlúcio Pereira
Marquinho Palmerston
Nélio Leite
Paulo César Martins
Sérgio Bravo
Simeyzon Silveira
Talles Barreto
Virmondes Cruvinel
Wagner Siqueira

1215

Assinatura da Magna Carta Inglesa

Essa é considerada a primeira Constituição dos tempos modernos.

Exigia que o Rei inglês João Sem-Terra convocasse representantes da sociedade inglesa para o Grande Conselho, com a prerrogativa de aprovar ou não os impostos reais. O Grande Conselho inglês é o embrião do futuro Parlamento das Democracias atuais.



1651

Primeira publicação da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes

Trata-se de uma obra que explica racionalmente o Absolutismo. Parte do princípio de que os homens em seu estado natural viviam constantemente em luta entre si, obedecendo somente a seus próprios interesses individuais (“o homem é o lobo do homem”).

Assim, para organizar a sociedade e permitir seu pleno desenvolvimento, os indivíduos renunciariam a sua liberdade, interesses e direitos em favor do Estado, personificado na figura do rei que, através de um governo despótico, garantiria a segurança da nação – Contrato Social.

“O HOMEM É LOBO DO HOMEM”



SÉC. XVII

John Locke e a origem da filosofia liberal iluminista

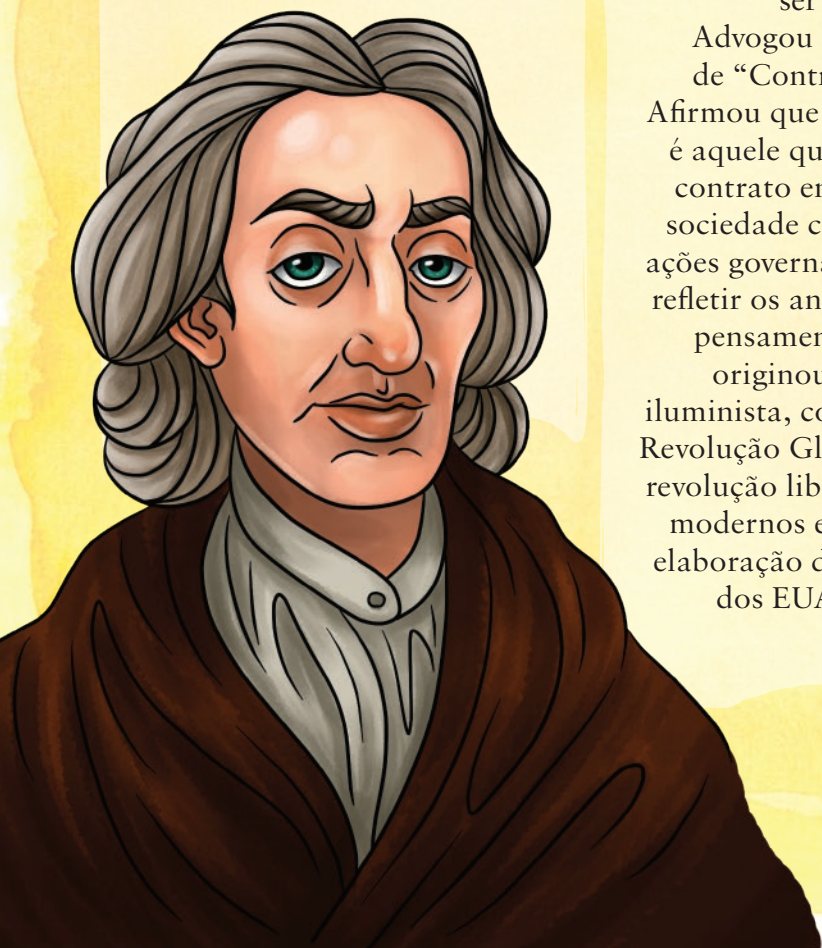
Esse pensador inglês lançou as bases da filosofia iluminista, por meio de sua obra Segundo Tratado Sobre o Governo Civil. Defendeu a ideia de que a

"O HOMEM NASCE COMO SE FOSSE UMA FOLHA EM BRANCO"

liberdade individual e o direito à propriedade são elementos naturais ao ser humano.

Advogou também a ideia de "Contrato Social".

Afirmou que o governo ideal é aquele que nasce de um contrato entre governo e sociedade civil, em que as ações governamentais devem refletir os anseios sociais. O pensamento de Locke originou a filosofia iluminista, contribuiu para a Revolução Gloriosa, primeira revolução liberal dos tempos modernos e influenciou a elaboração da Constituição dos EUA, de 1787.



1688 - 1698



REVOLUÇÃO GLORIOSA, QUE INSTITUIU O ESTADO LIBERAL NA INGLATERRA

1776



INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1789



REVOLUÇÃO FRANCESA

O IMPÉRIO BRASILEIRO (1822 – 1889)

PRIMEIRO REINADO (1822 – 1831) ESTADO DEMOCRÁTICO OU ABSOLUTISTA?

1822

Independência política do Brasil

1823

Dissolução da Assembleia Nacional Constituinte que defendia a ideia de um Poder Legislativo forte que controlasse o Poder Executivo do Imperador D. Pedro I

1824

A Constituição de 1824

(características absolutistas):

- outorgada pelo Imperador D. Pedro I;
- criação do Poder Moderador;
- instituição de uma Monarquia vitalícia; e hereditária;
- voto censitário;
- catolicismo como religião oficial; e
- submissão da Igreja ao Estado.

1831

Abdicação de D. Pedro I



FASE REGENCIAL (1831 – 1840) AUTONOMIA PROVINCIAL E SINAIS DE REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR

Instauração da Fase Regencial

1831

1834

Centralização x descentralização

Ato Adicional de 1834:

- fim da Regência Trina e criação da Regência Una;
- suspensão temporária do Poder Moderador;
- criação das Assembleias Legislativas Provinciais que davam às províncias direito de criar algumas leis e decidir sobre os impostos locais;
- criação do município neutro do Rio de Janeiro, dando origem ao Distrito Federal.

1834 - 1845

Rebeliões Regenciais por autonomia das Províncias:

- Cabanagem (1835-1840) – Grão-Pará;
- Revolta dos Malês (1835) – Salvador, Bahia;
- Farroupilha (1835-1845) – Rio Grande do Sul;
- Sabinada (1837-1838) – Bahia;
- Balaiada (1838-1841) – Maranhão.

1840

- 23 de julho de 1840 – Golpe da maioria de D. Pedro II, articulado pelo Partido Liberal



O IMPÉRIO BRASILEIRO (1822 – 1889)

O SEGUNDO REINADO (1840 – 1889)

CONCILIAÇÃO COM AS ELITES E PARTIDOS

PROPORCIONANDO ESTABILIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA

1840

Início do Segundo Reinado.

Parlamentarismo às avessas no Segundo Império

Para disfarçar sua tendência autoritária e centralizadora, em 1848, o Imperador D. Pedro II instituiu o sistema Parlamentarista, conhecido como “Parlamentarismo às Aversas”, por não democratizar a vida política brasileira e sim fortalecer e camuflar o autoritarismo do Imperador. Para entender esse autoritarismo camuflado, basta compararmos o Parlamentarismo que existiu no Segundo Reinado com o Parlamentarismo Clássico Inglês.

1847

PARLAMENTARISMO INGLÊS



PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS



1873

Abril - Criação do Partido Republicano

1888

13 de maio - Assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil

1889

15 de novembro - Proclamação da República



O PERÍODO REPUBLICANO (1889...)

A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA OU REPÚBLICA CAFÉ COM LEITE IMOBILISMO POLÍTICO DAS OLIGARQUIAS

1889

Proclamação da República

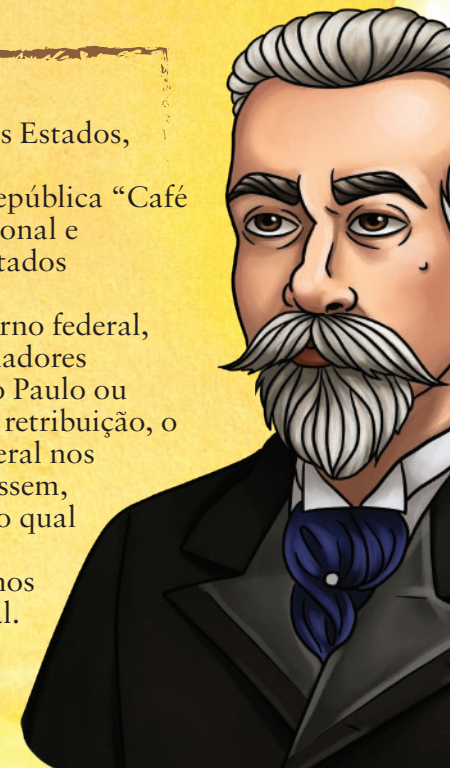
1891

A Constituição de 1891:

- abolição das instituições monárquicas; (Senado vitalício, Poder Moderador, Conselho de Estado);
- sistema de governo presidencialista;
- eleições pelo voto direto, que continuou a ser a descoberto (não-secreto);
- províncias denominadas “estados”, com maior autonomia dentro da Federação; e
- Igreja Católica desmembrada do Estado, deixando de ser a religião oficial, o que tornou o Brasil um Estado laico.

1898

- Política dos Governadores ou Política dos Estados, do Presidente Campos Sales.
- A política dos governadores apoiava a República “Café com leite”, enfraquecia o Legislativo Nacional e possibilitava o imobilismo político nos Estados e municípios
- Governadores estaduais apoiavam o governo federal, ajudando a eleger deputados federais e senadores favoráveis ao presidente, indicados por São Paulo ou Minas Gerais (política café com leite). Em retribuição, o presidente prometia a não intervenção federal nos assuntos internos dos Estados que o apoiassem, garantindo o continuismo político, no qual os mesmos grupos, oligarquias ou famílias se eternizavam no poder nos níveis federal, estadual e municipal.



O PERÍODO REPUBLICANO NO BRASIL (1889...)

A ERA VARGAS (1930 – 1945) GOVERNO PROVISÓRIO

1930

Revolução de 1930

Revolução Constitucionalista de
1932 – São Paulo

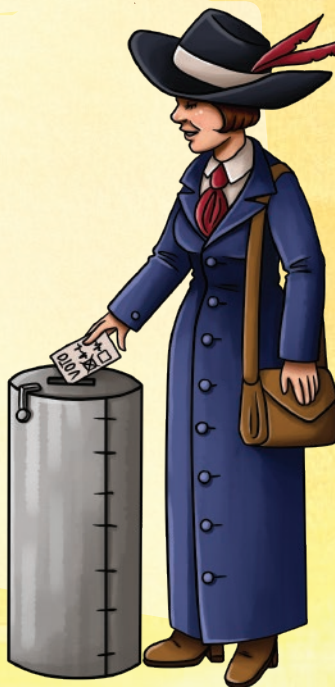
1932

1934

GOVERNO CONSTITUCIONAL

A constituição de 1934:

- estabeleceu o voto secreto e feminino;
- democrática e social incorporou todas as decisões do Governo Provisório:
 - liberdade de imprensa,
 - liberdade religiosa,
 - os três poderes e as leis trabalhistas;
- estabeleceu que o presidente seria eleito diretamente pelo povo, exceto o primeiro, a ser escolhido por via indireta, isto é, pelo Congresso Nacional.



1937

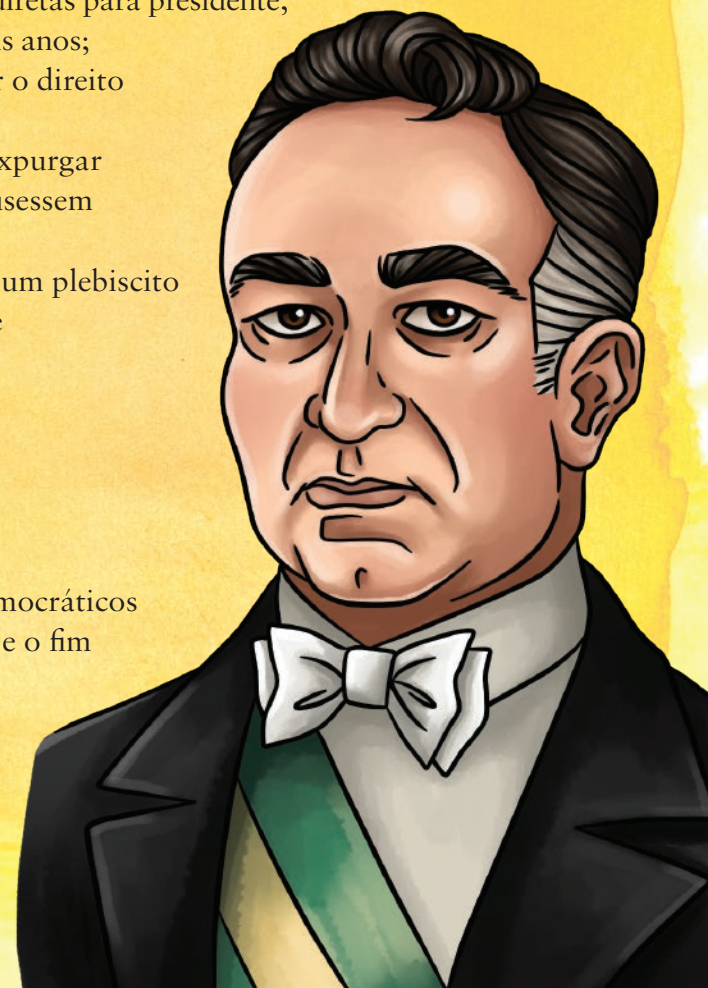
ESTADO NOVO

A Constituição de 1937 e a Instituição do Estado Novo

- foi outorgada
- apelidaram-na de “Polaca”, por ser inspirada na constituição fascista polonesa;
- concentrou os poderes Executivo e Legislativo nas mãos do Presidente da República;
- estabeleceu eleições indiretas para presidente, que teria mandato de seis anos;
- retirou do trabalhador o direito de greve;
- permitiu ao governo expurgar funcionários que se opusessem ao regime; e
- previu a realização de um plebiscito para referendá-la, o que nunca ocorreu.

1945

Vitória dos aliados democráticos na 2ª Guerra Mundial e o fim da Ditadura do Estado Novo no Brasil



O PERÍODO REPUBLICANO NO BRASIL (1889...)

A DEMOCRACIA POPULISTA (1945 – 1964) GOVERNO PROVISÓRIO

1945

Fim do Estado Novo

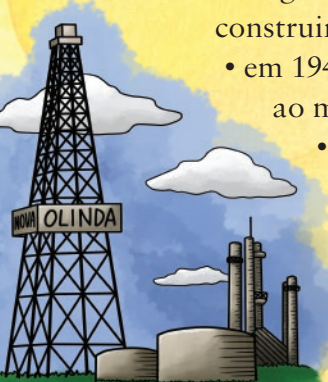
A Constituição de 1946:

- foi promulgada;
- restabeleceu a harmonia entre os três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo;
- reafirmou o Federalismo;
- fixou o mandato de 5 anos para o Presidente (com o Vice) e o voto direto, secreto e obrigatório, com exceção dos analfabetos e soldados; e
- teve uma feição liberal

1954 – 1955

O Trabalhismo e o Nacionalismo de Vargas:

- Vargas se aproximou dos trabalhadores com a intenção de construir uma “verdadeira democracia social e econômica”;
- em 1945, aumentou em 100% o salário mínimo, atendendo ao ministro do trabalho João Goulart;
- adotou uma postura nacionalista e liderou a campanha “O petróleo é nosso”, resultando na criação da Petrobrás, em 1953; e
- iniciou-se uma conspiração ligando brasileiros e estrangeiros para derrubar Vargas; e
- suicidou-se o Presidente (24/08/1954).



1946



1961 – 1964

O Tumultuado governo de João Goulart:

- crise para a posse devido ao receio das elites em relação ao comunismo;
- movimento da Legalidade constitucional, liderado por Leonel Brizola, que teve uma solução negociada com a instituição do Parlamentarismo

(Tancredo Neves);

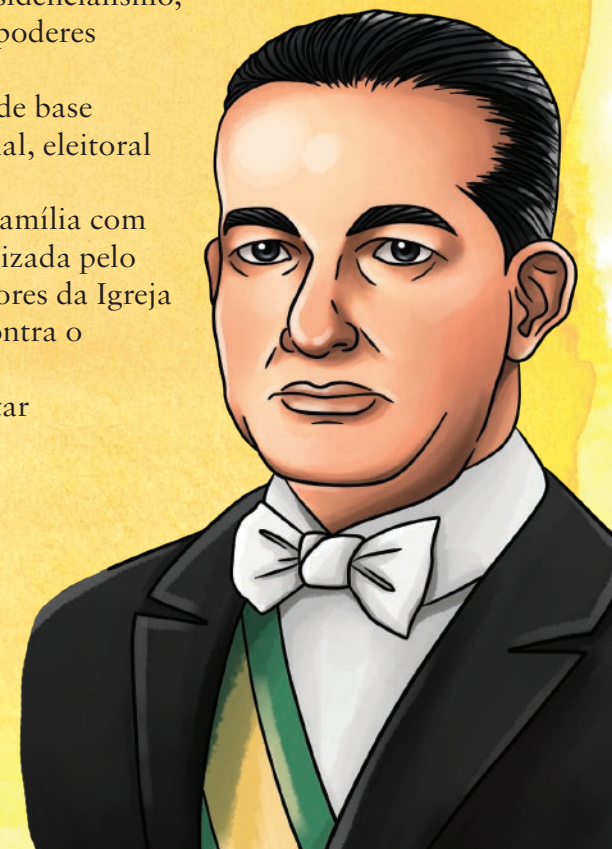
- realização de um plebiscito, que decide pela volta do presidencialismo, dando plenos poderes

a João Goulart (1963);

- lançamento das reformas de base (agrária, urbana, educacional, eleitoral e tributária);
- realização da marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pelo Exército, setores conservadores da Igreja Católica e elite brasileira contra o Governo Goulart;
- ocorrência do Golpe Militar (31/03/1964)

1964

Golpe Militar de 1964



A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

1964

Golpe Militar de 1964

1964 – 1969

- Os Atos Institucionais e o fortalecimento da Ditadura Política, que acabou com as liberdades democráticas

1973

- Início do processo de redemocratização com a primeira crise internacional do petróleo e o consequente fim do “milagre econômico” brasileiro

- Início da campanha das Diretas Já

1983

1985

- Eleição indireta de Tancredo Neves para Presidente da República

Morte de Tancredo Neves e a posse do Vice José Sarney

1985



O PERÍODO REPUBLICANO NO BRASIL (1889...)

1985

INÍCIO DA NOVA REPÚBLICA

A CONSTITUIÇÃO DE 1988, QUE CONSOLIDOU A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL DURANTE A NOVA REPÚBLICA:

- conhecida como Constituição Cidadã;
- restabeleceu eleições diretas para o cargo de presidente da República, governadores e prefeitos;
- instituiu vários direitos sociais à classe trabalhadora;
- estabeleceu o direito de voto para os analfabetos;
- definiu o voto facultativo para os jovens de 16 a 18 anos;
- adotou o sistema pluripartidário; e
- pôs fim à censura a meios de comunicação, obras de arte, músicas, filmes, teatro etc.





**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



ESCOLA DO
LEGISLATIVO
ESTADO DE GOIÁS